

## **Capitalismo Especulativo e Alternativas**

Reinaldo A. Carcanholo e Paulo Nakatani\*

(versão preliminar, exclusiva para discussão na SEP)

Qualquer resposta minimamente respeitável sobre o futuro das sociedades latino-americanas, em particular sobre suas perspectivas econômicas de médio e longo prazo, pressupõe um diagnóstico adequado sobre a etapa atual do capitalismo mundial e sobre sua provável trajetória nas próximas décadas.

Poucos hoje contestam o fato de que vivemos, desde mais ou menos a metade dos anos 70s, uma nova etapa capitalista, muito diferente dos “30 anos gloriosos”. Naquela época, a exploração capitalista pôde conviver com um nível de vida relativamente satisfatório para os trabalhadores do primeiro mundo e com um projeto de desenvolvimento em alguns países do terceiro mundo. Isso permitiu, pelo menos nas cidades, algum grau de ascensão social de parte dos trabalhadores e a formação de uma classe média de certa significação.

### **O capitalismo na sua nova etapa**

Que características básicas apresenta essa etapa capitalista sob a qual ainda vivemos e da qual ainda continuamos vítimas?

Katz<sup>1</sup> resume bem algumas das características que configuram o período em que vivemos. Quais são elas?

Em primeiro lugar, ele destaca a ofensiva que o capital desencadeou contra o trabalho. De fato, a política neoliberal desde os anos 80 significou um retrocesso político e ideológico dos trabalhadores, representando para eles perdas significativas do ponto de vista econômico em termos de salários, emprego, contratos regulares e conquistas sociais. A política geradora de desemprego, tanto nos países mais ricos como nos demais, foi destruturadora para a resistência do trabalho.

A segunda característica destacada por Katz se refere à expansão do capitalismo tanto geograficamente, alcançando os ex-países socialistas, como em profundidade, com a generalização das

---

\* Professores do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES. R. A. Carcanholo é também tutor do grupo PET-Economia / UFES (SESU-MEC).

<sup>1</sup> Katz, Claudio. Ernest Mandel e a teoria das ondas longas. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, nº 7. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000. pp. 74-103. p. 94-95.

privatizações de empresas públicas e a mercantilização dos bens antes públicos (saúde, educação, cultura), além de uma maior internacionalização da produção.

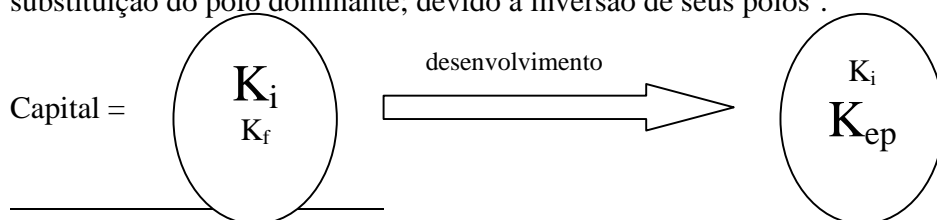
Finalmente destaca o surgimento de uma nova revolução tecnológica e a recuperação da hegemonia norte-americana nos diversos âmbitos. Assinala, ainda, uma quarta característica, que seria a recuperação da taxa de lucro de curto prazo, que se trata de algo conjuntural e sobre o que nos referiremos mais adiante.

No entanto, pelo menos no texto referido<sup>2</sup>, o autor, embora mencionando a desregulamentação financeira, não destaca o que nos parece ser a característica básica da etapa capitalista contemporânea<sup>3</sup>: a financeirização mundializada do capital; o domínio do capital especulativo parasitário sobre o capital substantivo, no âmbito mundial do capitalismo.

Isso que Chesnais chama de mundialização financeira em vários trabalhos, mais do que uma característica da etapa capitalista atual, é sua própria definição. Esse autor já a descreveu e analisou com muita propriedade em suas determinações mais concretas<sup>4</sup>.

### **Financeirização/Especulação**

Por detrás dessa realidade financeirizada, reina o que chamamos capital especulativo parasitário. Trata-se do mesmo conceito de capital fictício exposto por Marx no livro III d'O Capital, só que muito mais desenvolvido, em uma fase avançada do seu desenvolvimento. Enquanto o *capital fictício*, tal como é descrito nos textos de Marx, aparece como aspecto subordinado no interior da unidade contraditória que podemos chamar “capital” e que tem como pólo dominante o capital industrial, o *capital especulativo parasitário* é o capital fictício que se desenvolveu e tornou-se dominante. Essa unidade contraditória chamada *capital* transforma-se radicalmente devido à substituição do pólo dominante; devido à inversão de seus pólos<sup>5</sup>.



<sup>2</sup> Destaque-se que não se trata de um texto com esse propósito.

<sup>3</sup> Talvez por não estar entre os objetivos do texto.

<sup>4</sup> Cf. Chesnais, F. A Mundialização do capital. São Paulo, Xamã, 1996. Chesnais, F. A Mundialização Financeira. São Paulo, Xamã, 1998. Chesnais, F. A Finança Mundializada. São Paulo, Boitempo, 2005. Chesnais, Duménil, Lévy e Wallerstein. Uma nova fase do capitalismo?. São Paulo, Xamã, 2003.

<sup>5</sup> Para maiores detalhes, cf. Carcanholo, R. A. e Nakatani, Paulo. “O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização”. In: Ensaios FEE, v. 20, nº 1, pp. 264-304. Porto Alegre, junho de 1999.

Onde:  $k_i$  é o capital industrial;  $k_f$  é o capital fictício e  $k_{ep}$  é o capital especulativo parasitário (forma mais desenvolvida do  $k_f$ ).

Até mesmo as próprias empresas dedicadas à produção ou ao comércio, quando grandes, tornam-se contaminadas pela lógica especulativa.

É verdade que não é a primeira vez que o capitalismo apresenta, com intensidade, sua cara especulativa e parasitária. A diferença essencial está no fato de que, agora, essa cara se tornou a própria essência de uma nova etapa, prolongada e de profundas implicações e conseqüências. Há uma diferença, talvez menos importante, mas não sem significado e que não pode deixar de ser mencionada: a especulação hoje já não se faz mais exclusivamente no espaço privado, mas se apresenta também, e de maneira privilegiada, através de títulos públicos emitidos pelos diferentes Estados.

### **Produção/Apropriação: a contradição principal da nova etapa**

Outros autores também destacam a financeirização da economia capitalista. É o caso de Duménil e Lévy<sup>6</sup> que, em suas análises, chamam a atual etapa capitalista de “neoliberal” e privilegiam o estudo da contradição entre a propriedade e a gestão do capital. Sem negar a existência dessa contradição, parece-nos que ela não é a que nos deve preocupar prioritariamente. A contradição principal que deve ser analisada no estudo da etapa capitalista atual é a que ocorre entre a produção e a apropriação do excedente capitalista<sup>7</sup>.

O capital fictício e, por extensão, o capital especulativo parasitário é ao mesmo tempo, dialeticamente, fictício e real. Se o olharmos do ponto de vista das relações individuais de mercado, ele é tão real quanto qualquer outro capital e pode facilmente ser intercambiado por qualquer outra forma de riqueza material. Assim, desse ponto de vista, o capital especulativo parasitário, forma desenvolvida de capital fictício, é real. Por outra parte, e olhando de um ponto de vista global, ele é fictício por ser desprovido de substância (por não se constituir em capital substantivo) e por não contribuir em nada para a produção de mais-valia. No entanto, embora fictício por essa razão, ele é real por ser

---

<sup>6</sup> Por exemplo, em: Duménil, G. e Lévy, D. "O neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana". In: Chesnais, F. A Finança Mundializada. São Paulo, Boitempo, 2005.

<sup>7</sup> Aqui não utilizamos o conceito de mais-valia por maior rigor científico. A massa de lucro capitalista está composta não só por ela, mas também pelo excedente-valor produzido por trabalhadores não assalariados (camponeses e produtores urbanos autônomos) e apropriado através do capital comercial ou a juros. Esse excedente-valor, ao baratear a força de trabalho empregada pelo capital também contribui para que a massa de lucro seja mais elevada.

reconhecido socialmente como legítimo merecedor de remuneração (juros e ganhos especulativos). Assim, o capital fictício é fictício e real ao mesmo tempo.

É justamente essa dialética fictício/real que nos indica a relevância da contradição entre a produção e apropriação do excedente-valor.

### **Especulação: resposta à crise do capital**

A origem da nova etapa especulativa e parasitária do capitalismo mundial tem algumas vertentes: por um lado, a quebra do sistema monetário internacional nos anos 70s, seguida da posterior explosão da dívida externa de muitos países nos anos 80s e, por outro lado, a manifestação aguda da tendência decrescente da taxa de lucro que se observa nos países imperialistas.

Sem dúvida, esta última é a questão de fundo, que responde à natureza mesma da economia capitalista.

Cálculos realizados por Duménil e Lévy foram os que lhes permitiram construir o gráfico apresentado a seguir. Ele mostra a evolução da taxa de lucro do setor privado para o caso dos Estados Unidos e do conjunto de três países europeus (Alemanha, França e Reino Unido), para o período de 1960 a 2000. Trata-se, na verdade, de um indicador da taxa de lucro em um nível elevado de abstração, pois inclui os impostos, juros, lucros produtivos, lucros comerciais e remuneração do trabalho improdutivo. Longe de isso significar uma limitação, constitui-se em uma vantagem, pois se refere ao conceito de lucro tal como exposto por Marx nos primeiros capítulos do livro III d'O Capital e que constitui o objeto a partir do qual desenvolve-se a seção dedicada à tendência decrescente da taxa de lucro.

Os cálculos dos autores não poderiam ser mais conclusivos. A partir de 1965, apresenta-se, nos Estados Unidos, uma aguda manifestação da tendência à queda da taxa de lucro, que se prolonga até os primeiros anos da década de 80. Algo similar ocorre nos três principais países europeus, com início um pouco antes<sup>8</sup>.

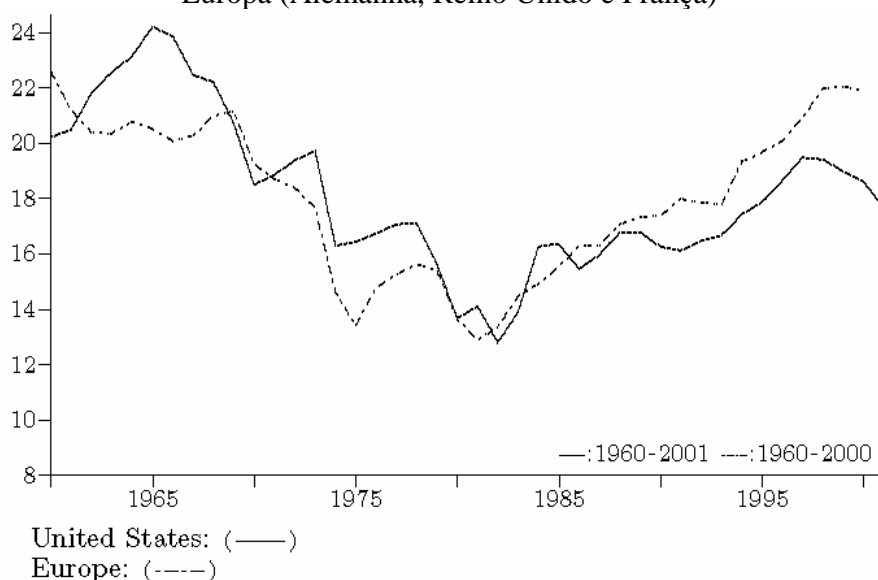
Assim, na década de 70 observa-se, no mundo capitalista, uma dificuldade crescente para que os grandes capitais internacionais encontrem, a taxas atraentes de remuneração, espaços de acumulação adicional. Algumas consequências resultam disso: a) estímulo para que os grandes capitais incorporem novas tecnologias, permitindo-lhes, por transferência, a apropriação maior de excedente-valor originados nas demais frações do capital; b) pressão para que os diferentes Estados adotem políticas

---

<sup>8</sup> O posterior crescimento do indicador, a partir do início da década de 80 será objeto de referência logo adiante.

restritivas que impliquem reduções das conquistas sociais e dos níveis salariais dos trabalhadores, graças ao crescimento do desemprego; d) pressão para uma maior transferência de excedente-valor dos países periféricos e e) a que resulta de maior interesse para nossa hipótese: busca de novas alternativas de valorização e o que é encontrado fora do espaço da acumulação substantiva, isto é, no âmbito do rentismo e, sobretudo, na especulação. Neste último aspecto encontrarão, mas não só nele, nos diversos Estados, tanto do centro quanto da periferia, as políticas necessárias; o neoliberalismo passa a ser indispensável. A crise da dívida, dos anos 80, é manifestação de toda essa situação.

Gráfico 1: Taxa de lucro em % da economia privada  
Estados Unidos e o conjunto de três países da  
Europa (Alemanha, Reino Unido e França)



Fonte: G. Duménil, G. e D. Lévy, D. "Neo-liberal Dynamics: Towards A New Phase?", 2004, in K. van der Pijl, L. Assassi, D. Wigan, Global Regulation. Managing Crises after the Imperial Turn, Palgrave Macmillan, New York, 2004. Com base em dados de: NIPA (BEA); Fixed Assets Tables (BEA); OECD; French National Accounts (INSEE).

Assim, ao final dos anos 70s ou começos dos 80s, assistimos ao surgimento uma nova etapa capitalista: o *capitalismo especulativo*. Globalização é o eufemismo para denominar essa etapa. A voracidade do capital especulativo e a limitada expansão do capital substantivo frente às limitações na sua remuneração são os elementos que sustentam que a contradição principal dessa etapa seja a que existe entre a produção e a apropriação de excedente econômico. O capital especulativo se apropria cada vez mais de um excedente para cuja produção em nada contribui; ao mesmo tempo, o capital substantivo se vê limitado em sua expansão (o desemprego de massas consideráveis de assalariados é a

manifestação mais evidente disso). Há uma fuga de novos capitais dos espaços produtivos para os da especulação.

### **Como sobrevive um capitalismo que privilegia a especulação por cima da produção?**

Alguns elementos para entender a sobrevivência do capitalismo especulativo são aceitos por vários autores. Pelo menos por aqueles que devem algo a Marx: mais-valia absoluta (extensão e intensificação da jornada dos trabalhadores assalariados), mais-valia relativa, incremento da superexploração, crescimento da exploração sobre trabalhadores não-assalariados. Obviamente que as transferências de valor da periferia ao centro imperialista do sistema não estão ausentes da explicação e estão intimamente relacionadas com esses elementos mencionados.

No entanto, uma dificuldade se apresenta. O problema é que, de fato, eles não são totalmente suficientes como explicação para sobrevivência do sistema, com as características descritas (o *capitalismo especulativo*) por um período tão prolongado de tempo (até os nossos dias). A etapa especulativa não se manteria por tanto tempo, com tão elevado grau de contradição produção/apropriação. Não há crescimento possível do nível da exploração, por maior que ela fosse, que pudesse permitir a orgia da especulação observada até nossos dias, e os trabalhos de Chesnais e muitos outros<sup>9</sup> são suficientes para mostrar a amplitude desse magno processo especulativo. Por outro lado, somente a limitada percepção keynesiana pode satisfazer-se com a idéia de que a explicação estaria no fato de se tratar, simplesmente, de crescentes créditos sobre a futura produção de riqueza econômica e que eles podem ser sancionados por decisão dos bancos centrais.

E a nossa dificuldade é muito maior. Não só esse impressionante crescimento da exploração capitalista, observado nas últimas décadas no mundo, não pode explicar a sobrevivência da etapa, como, muito menos, não lhe é permitido explicar a trajetória ascendente da taxa de lucro nos anos 80s e 90s, conforme os indicadores calculados por Duménil e Lévy.

Como é possível que, limitado o crescimento do capital que produz ou contribui para a produção da mais-valia e amplificado de maneira assustadora o crescimento de um capital parasitário, possa se observar não só o prolongamento da etapa especulativa como uma significativa elevação da taxa geral de lucro? Pior ainda, tudo isso como continuação de uma fase, que termina nos anos 70, de aguda manifestação da taxa decrescente de lucro? Por maior que tenha sido o crescimento da

---

<sup>9</sup> Cf. Chesnais, F. Opus citados.

exploração, e de fato o foi, não é possível entender o sucedido. A explicação não é, de maneira nenhuma, aceitável!

Assim, e isso é necessário que fique bem claro, a dificuldade não está em encontrar justificativa para uma eventual tese de que essa etapa especulativa tem limites e chegará, mais ou menos em breve, a seu fim. A questão mais difícil é explicar porque não quebrou ainda. Que ela não pode sobreviver eternamente e que seu fim não é muito distante é algo mais ou menos fácil de se constatar. Como saímos dessa dificuldade teórica? Ou nossa explicação para a atual etapa capitalista está totalmente equivocada, ou há algo de novo teoricamente.

### **Os lucros fictícios como solução (solução?)**

A explicação de tudo isso está no fato de que a ampliação da exploração foi acompanhada de um crescimento persistente, em boa parte do período, do que podemos chamar *lucros fictícios*. É verdade que esse conceito não aparece em Marx e nem poderia aparecer dada a inexistência de sua relevância no período de sua vida. No entanto, um estudo adequado e profundo de vários dos capítulos do livro III d'O Capital, em particular do conceito de capital fictício, permite descobrir o conteúdo do que podemos chamar por esse nome: *lucro fictício*.

Qual o significado desse conceito? Já tivemos oportunidade de apresentá-lo rapidamente em trabalho anterior<sup>10</sup>. Para entendê-lo é necessária uma boa e adequada dose de conhecimento, distante das simplificações correntes, sobre a teoria marxista do valor. Trataremos aqui somente de maneira ilustrativa do conceito de lucro fictício.

É claro que a valorização especulativa dos ativos aparece como lucro do capital e, nesse caso, é fácil perceber que se trata de um lucro circunstancial e que desaparece, como por mágica, superada conjuntura especulativa. Mais difícil de entender como lucro fictício é o que deriva do crescimento da dívida pública dos Estados, cuja origem tenha sido a capitalização dos juros não pagos. Obviamente que os lucros no mercado dos derivativos são compensados pelos prejuízos que ali ocorrem e, se observados de um ponto de vista global, a soma é zero. No entanto, isso pode constituir uma transferência de riqueza real de setores médios rentistas ou especulativos para o capital, o que sim aparecerá, para estes últimos, como lucro real. O mesmo acontece com a valorização especulativa dos ativos, antes mencionada. Na medida em que signifiquem transferências do não capital para o capital,

---

<sup>10</sup> Cf. Carcanholo, R. A. "Sobre a ilusória origem da mais-valia". In: Crítica Marxista. São Paulo, Boitempo, 2003.

transformam-se em lucros reais. Em resumo, poderíamos dizer que os lucros fictícios estão constituídos fundamentalmente pela valorização especulativa de diversos tipos de ativos e pelo crescimento da dívida pública dos Estados.

Desde outro ponto de vista, poderíamos dizer que a magnitude anual dos lucros fictícios do capital é exatamente igual ao crescimento anual da massa do capital fictício existente, do volume do capital especulativo parasitário. A magnitude adicional deste capital que surge durante um determinado ano não tem substância, não provém de mais-valia produzida, nem de excedente-valor produzido sob relações não salariais. É puramente fictício no sentido de Marx; fictício e real ao mesmo tempo.

É óbvio que as crises financeiras têm como consequência a redução do lucro fictício, a diminuição do volume do capital especulativo parasitário e uma menor intensidade da contradição produção/apropriação. A magnitude dessa diminuição é proporcional à intensidade e extensão da crise. O problema é que as crises financeiras têm como consequência a queima, também, de capital substantivo.

Assim, são justamente os lucros fictícios que, junto com o crescimento da exploração e das transferências de riqueza da periferia aos centros, explicam a inversão da trajetória dos indicadores das taxas de lucro nos Estados Unidos e nas três mais importantes economias européias depois de 1980. Obviamente que nossa tese mereceria pesquisa mais aprofundada para estabelecer maior relação entre as fases de maior crescimento dos lucros fictícios e essa trajetória. Mas isso é tarefa para outra oportunidade.

Apesar disso, estamos seguros de nossa tese, acreditando que há elementos suficientes para sustentá-la. E isso tem como consequência uma curiosidade teórica: se ricardianos, neoclássicos e keynesianos buscavam elementos para demonstrar o contrário da tese marxista de que o lucro capitalista tem como origem a mais-valia, isto é, a exploração do trabalho produtivo, lhes entregamos um argumento decisivo. O lucro fictício, parte considerável do lucro capitalista dos nossos dias, não resulta da exploração, não é a mais-valia apropriada. No entanto, esse elemento não só não arranha a teoria marxista como, pelo contrário, deriva diretamente dela e constitui-se em aspecto que a reafirma solidamente, na medida em que lhe permite capacidade suficiente para entender o capitalismo real dos nossos dias. Duas importantes questões mais, relacionadas com tudo isso, que deveriam ser mais exploradas do que aqui é possível. A primeira é que o conceito de lucro fictício surge, assim, como um novo determinante da dissimulação da mais-valia, não por que engana, muito mais do que isso: por que de fato não tem origem na exploração. A segunda é que o lucro fictício configura-se como novo e



poderoso elemento contrariante da tendência à queda da taxa de lucro, que, assim, se mantém incólume, mesmo frente à trajetória dos indicadores das taxas de lucro apresentada na figura anterior.

Em conclusão, o lucro fictício resolve não só nossa dificuldade de interpretação, como também soluciona a contradição produção/apropriação descrita acima. Soluciona sim, mas a soluciona hoje, para amplificá-la para amanhã. E isso porque permite, hoje, bases para uma apropriação maior do que seria possível, mas, ao mesmo tempo e na mesma medida, amplifica a contradição ao ampliar o volume do capital especulativo parasitário. Poderá continuar solucionando a contradição amanhã, mas ao preço de torná-la muito mais intensa depois, como se fora uma bola de neve que a qualquer momento pode se transformar em uma avalanche.

### **O neoliberalismo e a situação atual**

As políticas neoliberais foram o instrumento do capital para impor ao mundo a nova etapa capitalista caracterizada pelo domínio da especulação por cima da produção. O neoliberalismo é a ideologia do capital especulativo parasitário e da mais cínica direita que conseguiu impô-la como concepção ideológica dominante, como pensamento único. Durante a década de 90, chegou a alcançar o auge do seu prestígio.

No entanto, a partir do início do novo milênio, especialmente com a crise Argentina de 2001 (com a quebra da sua classe média, então talvez a mais rica da América Latina e com o elevado empobrecimento dos seus trabalhadores), podemos dizer que, no nosso continente, começa o declínio do neoliberalismo, pelo menos como corpo de idéias capaz de dominar as interpretações mais difundidas sobre o mundo no qual vivemos.

Experimentado pela primeira vez no Chile do ditador Pinochet, nos anos 70, após sangrento golpe militar, assistiu também a primeira manifestação de resistência e rebeldia, com repercussão mundial, na América Latina, com o levantamento zapatista nas florestas da Lacandonha, em 1994. Pouco depois, em 1999 dezenas de milhares de pessoas se reuniram em Seattle e manifestaram sua oposição a propósito da reunião da OMC. A partir desse momento, a resistência ao neoliberalismo não se deteve mais.

O neoliberalismo como corpo de idéias está rapidamente perdendo terreno; está na defensiva. Mas ainda não foi derrotado.

### **Neoliberalismo como projeto e como proposta de políticas**

Se como ideologia encontra-se na defensiva, o projeto neoliberal e suas políticas (especialmente a econômica), implementado em todo o mundo desde os anos 80, está atingido seus limites. Seus resultados têm sido funestos e já não é possível esconder seu caráter anti-popular. O fracasso do projeto neoliberal não é mais do que expressão dos limites da fase especulativa do capitalismo, do capitalismo especulativo.

Apesar disso tudo, as políticas neoliberais seguem tendo vigência em muitos governos na América Latina e mesmo de alguns que, em seu momento, foram eleitos com propostas diferentes e inclusive contrárias, com programas de mudanças de conteúdo reformista e progressista. Mas ela só tem vigência como farsa.

O fim da era especulativa e do projeto neoliberal que a acompanha significa o fim do capitalismo? A bola de neve da especulação/ampliação dos lucros fictícios faz com que a situação seja insustentável; a etapa especulativa do capitalismo não poderá ter vida muito longa; já viveu demasiado tempo. Isso significa que o capitalismo está com os dias contados e necessariamente será substituído por uma nova sociedade? Para resumir nossa visão sobre isso, poderíamos afirmar que *teoricamente* o capitalismo está morto; mas não o está *historicamente*; é preciso matá-lo e essa não é uma tarefa pequena, lamentavelmente.

### **Sobreviverá o capitalismo?**

O capitalismo pode sobreviver ao desaparecimento de sua etapa especulativa; talvez isso seja o mais provável e seguramente é o mais trágico. Uma nova etapa pode surgir das cinzas, mas será diferente; não apresentará essa loucura da acumulação especulativa e dos lucros fictícios dominando a rentabilidade do capital.

Como se dará a mudança?

Inicialmente poderíamos ter pensado que a solução da contradição apropriação/produção poderia dar-se através de uma grande crise, que chamávamos “the big one”, em alusão à possível catástrofe que pode desabar sobre a cidade de São Francisco nos Estados Unidos no caso de um grande terremoto. Uma crise dessa magnitude seria uma grande tragédia para a humanidade e em especial para os povos da periferia.

Hoje, acreditamos que o mais provável é algo diferente: a etapa não pode viver por muito tempo, mas pode fazê-lo por tempo suficiente para estender ainda mais a tragédia humana que já vivemos no mundo atual. O capitalismo, através da lógica que funciona hoje, pode continuar existindo

por um tempo mais, prolongando a estagnação e recheando-a com crises financeiras aqui e ali, maiores e menores. A tragédia não será menor que o “big one”; só que se estenderá algo no tempo.

Equivocam-se os que podem crer na possibilidade de uma nova etapa capitalista de retorno ao “compromisso keynesiano”<sup>11</sup>, com certas concessões aos trabalhadores, mesmo que seja exclusivamente aos de alguns países.

A eventual nova etapa capitalista não poderá fazer concessões aos trabalhadores. Ao contrário, só será possível sobre a base de uma exploração ainda maior. Se a etapa especulativa implica uma grande tragédia para a humanidade (pelo menos para parcela importante da humanidade) e se a transição para uma eventual nova etapa implicará um aprofundamento e uma extensão dessa tragédia, o capitalismo que sobreviver só o fará impondo tragédia superior. Isso é resultado da tendência decrescente da taxa de lucro que, apesar do efeito contrariante dos lucros fictícios, segue vigente e operante e, na eventualidade de uma nova etapa capitalista, com o capital fictício contido dentro de estreitos limites, só poderá encontrar atenuante em um nível ainda maior de exploração do trabalho. A etapa do capitalismo especulativo, se ele sobreviver, só poderá ser substituída pelo *capitalismo funesto*.

Tudo isso significa para todos nós, em particular para os povos da periferia e portanto também para os países da América Latina, que dentro do capitalismo não há saída. Não existe caminho, não existe possibilidade.

A globalização do mundo capitalista, a financeirização especulativa, o projeto neoliberal e a conseqüente derrota do movimento popular nas últimas décadas, no mundo inteiro, foram as únicas alternativas que restaram à burguesia e ao capitalismo enfermo pela tendência à queda da taxa de lucro.

Na América Latina, não poderia ser diferente. A burguesia voraz e subordinada ao movimento do capitalismo mundial não teve e não tem alternativa: aderiu, com um pouco mais ou um pouco menos de dificuldade, a essa globalização e à lógica especulativa. No futuro, não há possibilidade de que tenha condições, mesmo que quisesse, de fazer algumas concessões, mesmo que poucas, ao conjunto dos trabalhadores, salvo as políticas compensatórias dirigidas aos setores mais desorganizados e mais excluídos. Mais do que em outras partes, na periferia, o capitalismo não oferece a mais mínima possibilidade de futuro para a grande maioria de sua população.

---

<sup>11</sup> Veja-se Duménil, G e Lévy, D. op. cit. Veja-se também a posição de Wallerstein: Wallerstein, I. “Mundialização o era de transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo”. In: Chesnais, Duménil, Lévy e Wallerstein. Uma nova fase do capitalismo?. São Paulo, Xamã, 2003. Por outro lado Katz tem uma posição algo diferente da nossa quando afirma que “uma etapa de capitalismo regulado com conquistas sociais é pouco factível na atualidade na América Latina”, (Katz, Claudio. Programas alterglogales. In: <http://www.netforsys.com/claudiokatz/>).

O fracasso e a proximidade do fim do projeto neoliberal significam a amplificação, ainda mais grave, das desigualdades entre os países desenvolvidos e os países da periferia. Nestes últimos, observam-se o crescimento da exclusão social, a intensificação da exploração da força de trabalho e o aumento nas transferências de riqueza para os países desenvolvidos. Essa situação agrava ainda mais as condições de vida de mais de dois terços da população mundial que fica cada vez mais excluída economicamente, socialmente e politicamente.

Por outra parte, a estratégia norte-americana da guerra preventiva gerou o caos nos países atacados pelo exército imperialista, e o caos decorrente do neoliberalismo estende-se também para outras amplas regiões do globo.

Além disso, o caminho trilhado pelo desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, durante a etapa especulativa, gerou um padrão de consumo impossível de ser generalizado para toda a população mundial. Qualquer tentativa de inclusão dos socialmente excluídos aos mercados capitalistas, além de impossível do ponto de vista da lógica do capital, levaria ao colapso os recursos naturais existentes.

Tudo isso significa que o futuro da humanidade será pouco menos que dramático e exige uma mudança revolucionária das forças produtivas e novas relações sociais de produção, com a conseqüente mudança no padrão de vida e de consumo de toda a população. Essa é uma tarefa urgente.

### **Há alternativas?**

Frente a esse quadro, os movimentos sociais de todo o mundo estão procurando caminhos e alternativas. Essa busca defronta-se no limite com duas respostas: a primeira é a alternativa anti-neoliberal e a segunda a alternativa anti-capitalista. É claro que elas não são necessariamente excludentes, desde que a primeira seja conduzida visando a construção do socialismo. A alternativa neoliberal que vise somente a “governabilidade” da economia associada a programas compensatórios focalizados do tipo defendido pelo Banco Mundial, não permite a saída das graves contradições colocadas pelo capitalismo contemporâneo.

De qualquer modo, os caminhos que cada Estado-Nação poderá percorrer, para o seu efetivo desenvolvimento social, dependerão das condições internas e externas específicas decorrentes de seu processo histórico de desenvolvimento. Alguns poderão avançar mais aceleradamente em sua via de construção do socialismo, outros irão mais lentamente. Naqueles em que a luta de classes tornar-se mais aguda, com maior resistência das burguesias locais e associadas, é de se esperar o recrudescimento da violência e, em casos específicos, até a luta armada. Outros talvez possam

percorrer uma via mais pacífica, utilizando-se da limitada democracia burguesa para efetuar sua transformação.

Em qualquer caso, deve-se ter claro que as burguesias nacionais, associadas e internacionalizadas jamais entregarão livremente o poder e a propriedade dos meios de produção. Por esta razão, nenhum governo conseguirá efetuar as reformas necessárias, visando a transformação socialista, sem o apoio maciço de um amplo movimento de massas disposto a enfrentar a dura reação das elites atualmente dirigentes.

As condições atuais de desenvolvimento, com a extensa internacionalização do capital real e a predominância do capital especulativo parasitário, não permitem mais uma saída nos moldes do antigo modelo nacional-desenvolvimentista fundado em uma aliança dos trabalhadores com a burguesia nacional que possa se opor à grande burguesia internacionalizada. Isso porque, nos países periféricos onde ocorreu um processo de industrialização significativa, uma parte importante dessa indústria já está desnacionalizada como consequência da internacionalização do capital dos países desenvolvidos do Norte e da implantação das políticas neoliberais.

Dessa forma, as burguesias nacionais que surgiram e se desenvolveram com esse processo de industrialização, atualmente têm seus interesses estreitamente ligados às burguesias industriais e financeiras dos países centrais.

A construção de um projeto nacional de desenvolvimento implica na elaboração de objetivos de curto e longo prazo, nos quais, os objetivos de curto prazo devem estar subordinados à obtenção dos de longo prazo. Não é possível estabelecer uma ampla lista desses objetivos, no entanto, podemos tratar daqueles que nos parecem os fundamentais. No longo prazo, o horizonte de medidas deve apontar para a efetivação de um projeto genuinamente anti-capitalista, cujo fundamento está na supressão da exploração do trabalho e da alienação ou do fetichismo da mercadoria e do dinheiro.

Como a exploração do trabalho decorre da propriedade privada dos meios de produção, a única forma de acabar com essa exploração é a transformação da propriedade privada em alguma forma de propriedade social. Nesse sentido, a apropriação social dos meios de produção precisa ser acompanhada de um aprofundamento da democracia na que as decisões sejam resultantes de uma ampla participação popular. A transformação da propriedade privada dos meios de produção para uma forma de apropriação social conduz à supressão do capital como relação social, mas deve ser acompanhada ou até mesmo antecedida pela eliminação de formas específicas e autonomizadas do capital, em especial do capital dinheiro e do capital fictício.

O fetichismo da mercadoria e do dinheiro só será superado com a plena supressão da forma mercadoria e da forma dinheiro. Esse processo implica na gradativa separação entre a produção e a apropriação da riqueza social. Assim, o objetivo final deverá ser o desaparecimento do mercado como forma de distribuição da riqueza e a sua substituição por mecanismos sociais que garantam a subsistência quotidiana de toda a população, com padrões mínimos de atendimento a todas as necessidades individuais e sociais historicamente determinadas.

Entretanto, essa determinação histórica não pode ser deduzida a partir do estágio atingido pelo consumo voraz, excessivo e supérfluo das camadas mais ricas da população de todos os países, até mesmo dos países pobres. A contradição que se coloca nesse processo de transformação do padrão de consumo opõe as classes oprimidas e excluídas, cujo sonho fetichizado é atingir o mesmo padrão de consumo das elites nacionais, às camadas mais ricas da população, que por já terem atingido esse padrão, recusar-se-ão a abandoná-lo. A resolução dessa contradição tenderá a desencadear uma feroz oposição dessas camadas atualmente beneficiadas por esse padrão de consumo.

Não será suficiente assumir o governo e utilizar-se do aparato estatal capitalista para efetuar as reformas necessárias para a transformação no longo prazo. O objetivo deverá ser também a destruição do Estado capitalista e a construção de uma nova forma de organização social para a direção da sociedade. Nesse processo, as instituições estatais capitalistas devem ser substituídas progressivamente por outras formas de direção da sociedade. No próprio processo de apropriação social dos meios de produção, assim como na constituição de uma nova forma de apropriação da riqueza socialmente produzida, deverão ser constituídas novas instituições para a execução dessas tarefas.

O Estado enquanto instrumento de dominação das classes dominantes deve ser gradativamente desmontado e ser substituído por formas populares e participativas. As forças armadas e policiais, que atualmente funcionam essencialmente na repressão contra as classes trabalhadoras, devem ser destruídas e substituídas, quando necessário, e provavelmente será contra as classes dominantes, pelo poder colocado de volta à disposição das massas populares.

Enfim, a construção consciente de uma nova forma de sociedade não pode prescindir de uma revolução não só na consciência social, mas nas consciências individuais, ou seja, construir também um “homem novo”, nas palavras do Che. O capitalismo não encontrou os indivíduos prontos para a nova sociedade. A formação do indivíduo, livre e independente, para tornar-se força de trabalho pronta para a exploração capitalista foi o resultado de um processo histórico longo, que durou séculos, e ainda não está plenamente concluído em algumas regiões do planeta. O indivíduo consumidor, com todas as suas

determinações, é um processo ainda em curso. Ainda não é possível determinar, com algum grau de precisão, até que ponto pode chegar a fúria consumista daquela parte da população mundial que tem acesso às “delícias do capitalismo”.

Da mesma forma, a construção do “homem novo” provavelmente exigirá outros séculos e, ao contrário do processo histórico ocasional observado, deverá ser um processo conscientemente dirigido. O problema fundamental é que não há um único modelo, uma única proposta, além disso, quase todas as experiências históricas fracassaram nesse sentido. De qualquer modo, pode-se afirmar *a priori* que não pode se constituir uma nova elite dominante, ou um partido político, “com uma nova verdade” para impor a todos os indivíduos e sociedades. Também não se pode esperar que a transformação da infraestrutura econômica transforme automaticamente a “superestrutura jurídico-político e ideológica”. Esta deverá ser destruída e reconstruída a partir de um processo consciente de transformação social no qual o principal sujeito deverão ser as massas populares, uma aliança de todas as classes e camadas excluídas e exploradas pelo capitalismo organizadas para a construção de uma nova sociedade.

### **Elementos para um programa de reformas econômicas anti-capitalistas**

#### **a) Aspectos gerais**

Os críticos das políticas neoliberais e dos governos eleitos com projetos alternativos (mas que, no final, terminaram cedendo a esse tipo de propostas) somos acusados de não sermos capazes de elaborar um programa econômico concreto de governo. Esse programa teria de ser compatível com a sustentação provisória do funcionamento da sociedade, de forma que ela continuasse a operar de maneira aceitável (tanto no que se refere à produção quanto à distribuição econômicas) e, ao mesmo tempo, ser o caminho para sua transformação, para a substituição da lógica de funcionamento capitalista, por uma que implicasse o domínio humano consciente sobre as relações sociais, em outras palavras, para se alcançar o socialismo.

A dificuldade está no fato de que um programa como o exigido não pode ser elaborado de maneira abstrata e não é uma questão meramente técnica, de técnica econômica. Ele só pode ser pensado de maneira concreta, levando em consideração as condições históricas, culturais do país que se considere e, sobretudo, as circunstâncias políticas e ideológicas concretas que determinam o caráter de um governo que tenha condições mínimas de se propor uma tarefa como essa.

Sem dúvida que processos eleitorais no interior da democracia formal burguesa apresentam importância para nós, e o caso da Bolívia (além da Venezuela de Chávez) com a vitória de Evo

Morales não deixa nenhuma dúvida sobre isso. No entanto, um governo popular capaz de implementar políticas verdadeiramente anti-neoliberais e anti-capitalistas não pode derivar seu poder simplesmente das urnas. É indispensável que esteja respondendo adequadamente a um movimento popular organizado e muito forte, que exija nas ruas transformações radicais. Esse movimento precisa apresentar-se de maneira independente e com lideranças capazes e competentes, munidas de uma visão estratégica adequada<sup>12</sup>. Nas condições concretas da América Latina, um governo para possuir poder suficiente para um programa anti-capitalista, necessitaria conviver e mesmo estimular uma situação de pré-insurreição dirigida de maneira independente por esse movimento popular.

Só nessas condições concretas é possível pensar um programa para a transformação e transição revolucionária. Fora disso, seria pura ilusão, ingenuidade e perda de tempo. Tal programa apresenta grande complexidade e precisaria abarcar as esferas econômica, política, social, cultural e ideológica, o que ultrapassa em muito nossas possibilidades.

Tendo em vista isso, nosso objetivo aqui é apresentar a seguir apenas alguns elementos econômicos, a nosso ver fundamentais para contribuir para a discussão de um projeto de construção do socialismo no longo prazo. Desde já queremos destacar um aspecto que nos parece extremamente relevante: nas condições atuais do capitalismo, e particularmente na América Latina, não há o menor espaço para um projeto realmente reformista. Essa possibilidade foi totalmente superada na atual etapa mundial do capitalismo especulativo, como se pode concluir de nossa interpretação apresentada anteriormente.

Já vimos que o desenvolvimento das contradições decorrentes da acumulação do capital em sua fase contemporânea coloca a possibilidade de uma nova crise mundial, ou de um longo período de estagnação semeado de crises parciais, que afetam particularmente os países periféricos. Enquanto os Estados nacionais permanecerem como um instrumento de dominação da burguesia contra as classes subalternas, essas crises irão afetar gravemente, e em primeiro lugar, as camadas mais pobres da população. Ao mesmo tempo, elas não deixarão de agravar, também, as condições de reprodução de uma parcela, talvez considerável, dos capitais particulares mais frágeis.

---

<sup>12</sup> No caso brasileiro, o governo Lula está muito distante de tudo isso. Trata-se de um governo que desenvolve um programa adequado aos interesses do capital especulativo. Além disso, o movimento popular não só não se apresenta com força adequada, nem tampouco em um momento de claro avanço, como foi deliberadamente dividido e enfraquecido por setores vinculados a esse governo.



Por outro lado, quando um governo realmente democrático e popular toma qualquer medida contra o capital, é a própria burguesia que provoca ou estimula a crise através do acirramento da especulação, tanto no mercado financeiro quanto no mercado de produtos e serviços. Essas crises, quer sejam o resultado incontrolável das próprias contradições internas, quer sejam provocadas pela burguesia, funcionam como mecanismos que aguçam ainda mais a pobreza e a precariedade dos trabalhadores, e acelera a centralização do capital.

A experiência histórica recente demonstrou que as burguesias nacionais associadas à burguesia internacional sempre utilizaram esse mecanismo, a crise econômico-financeira, como instrumento para subordinar os governos considerados de esquerda aos seus interesses particulares<sup>13</sup>. Em um programa de transformação revolucionária, trata-se então de, em primeiro lugar, construir mecanismos, instrumentos e formas de proteção para os trabalhadores e às camadas mais humildes da população, durante e após o auge da crise. Em segundo lugar, o Estado não deve ser utilizado como instrumento de superação da crise do capital, mas ao contrário, deve utilizar-se dela com o objetivo de enfraquecer econômica e politicamente a burguesia e todas as camadas sociais a ela aliadas. Justamente ao contrário do que costuma acontecer nas crises capitalistas, nas quais as frações mais fortes e desenvolvidas do capital saem ainda mais reforçadas e as classes populares politicamente mais enfraquecidas. Assim, a crise deverá ser usada, de forma consciente, para reforçar o poder das massas populares fazendo avançar a luta de classes e a consciência individual e social.

Esse processo jamais ocorrerá de forma tranqüila sem um grande enfrentamento entre as classes sociais. A crise aguçará ainda mais as contradições sociais e não será livre de sofrimento para a maioria da população. Entretanto, uma crise provocada contra um governo popular e democrático, utilizada adequadamente e aprofundada naqueles aspectos que interessem politicamente, pelo menos a médio e longo prazo será menos traumática e causará menos sofrimento e dificuldades para a população trabalhadora, do que uma crise incontrolável decorrente das próprias contradições do capital. Assim, cada vez que a burguesia provocar uma crise, o Estado deverá aprofundá-la como crise do capital, de maneira a aproveitá-la adequadamente. Com isso, uma das funções primordiais do Estado capitalista, que é a gestão da crise no intuito de recuperar as condições de reprodução do capital em geral, estará sendo contestada.

#### **b) A reforma anti-neoliberal: pelos trabalhadores.**

---

<sup>13</sup> Um caso paradigmático, embora não recente, é o caso chileno, durante o governo de Salvador Allende.

Uma das manifestações da crise capitalista é a desvalorização da moeda através de um acelerado processo inflacionário. A forma de proteção dos salários e outras rendas dos trabalhadores, contra essa desvalorização, é a criação de mecanismos automáticos de recomposição do poder de compra dos salários e outros rendimentos, da instituição de sistemas de controle de preços e a aquisição e redistribuição de alimentos a preços subsidiados. Ao mesmo tempo, todos os mecanismos que reconstituem o valor dos ativos físicos e financeiros de propriedade dos capitalistas devem ser abolidos. Ou seja, a favor da indexação da renda dos trabalhadores e contra a indexação da renda do capital, na mais ampla medida possível.

A progressiva construção de uma nova política salarial visando a reduzir as enormes disparidades entre os salários tanto nas empresas, públicas ou privadas, quanto no governo será um dos grandes desafios a ser superado. Isso se deve à importância e extensão da burocracia estatal e do peso significativo das classes médias, cujos interesses estão mais próximos da burguesia do que do proletariado na atual fase de predominância do capital especulativo parasitário. Esses interesses estão associados, pois uma parte importante do patrimônio acumulado das classes médias encontra-se na forma de aplicações no mercado financeiro. Nesse processo, deve-se esperar uma oposição cada vez mais forte dessa pequena burguesia contra os trabalhadores.

Uma parcela importante de bens e serviços, em especial aqueles chamados de serviços públicos, como transporte público, água potável, energia, comunicação, saúde e saneamento básico, poderá ser progressivamente “desmercadorizado” até ao ponto de serem totalmente gratuitos. A esse conjunto de serviços, o Estado deveria incluir da mesma forma o acesso às atividades culturais, esportivas e recreativas. Adicionalmente, o Estado deverá dar maior ênfase na universalização da educação pública e gratuita, com novas formas e novos conteúdos visando uma ampla formação geral, principalmente política e ideológica.

Nos países em que foram introduzidas as reformas neoliberais nos sistemas de proteção social a tarefa principal, no curto prazo, é a reconstrução de um sistema solidário e universal de previdência e assistência social e a supressão dos sistemas privados. Esse processo, mediado pelo Estado, enfrenta-se com um problema de financiamento no contexto de um capitalismo em crise, principalmente nos países periféricos que são obrigados a remunerar, de forma extorsiva, o capital privado nacional e internacional.

A supressão dessa remuneração, e sobretudo a remuneração do capital especulativo, proporcionaria recursos suficientes para atender às necessidades desse financiamento.

### **c) A reforma anti-neoliberal: contra o capital.**

Podemos delinear os principais pontos sob dois ângulos, as medidas internas e as que se referem às relações externas. Estas últimas podem ainda ser subdivididas em duas partes, aquelas em relação às nações imperialistas e aquelas em relação às nações periféricas. Os principais pontos do programa deveriam tratar da reforma do sistema financeiro nacional, da reforma fiscal, da reforma agrária, da reforma habitacional e urbana e de um programa industrial. Trataremos em seguida apenas dos dois primeiros pontos.

#### **As principais medidas internas:**

De início, deve-se organizar, internamente, um conjunto de medidas para a proteção da economia contra o capital especulativo. A abertura das economias para a livre movimentação do capital monetário internacional especulativo e parasitário constituiu-se em um dos principais fatores de vulnerabilidade e de fragilidade das economias subordinadas ao sistema financeiro internacional. Em muitos países, no Brasil em particular, as medidas implantadas foram efetuadas através de decisões do Banco Central e/ou dos Ministérios da área de economia. Por isso, toda essa parte das normas que regem a abertura ao capital especulativo pode ser revertida sem nenhuma necessidade de aprovação do Congresso Nacional. Isso facilita em muito nos casos em que o governo não tenha uma maioria segura no congresso para a aprovação das medidas contra a abertura. Assim, o fundamental reside no controle efetivo dessas instituições que não devem ser entregues aos representantes do sistema financeiro nacional ou internacional.

A reforma do sistema financeiro deverá alterar o papel do Banco Central, do sistema bancário privado, das bolsas de valores, das seguradoras e de todas as instituições que atuam no sistema financeiro. O Banco Central, com o programa neoliberal, tornou-se uma instituição importantíssima para a criação do capital fictício, na forma de dívida pública interna, de regulação das reservas bancárias e de garantia aos capitais especulativos. Na gestão da crise desencadeada pelo capital, o Banco Central deverá deixar que ocorra a progressiva desvalorização da massa de capital fictício sem emitir novos títulos de dívida. Todas as reservas bancárias disponíveis devem ser transformadas em depósitos compulsórios dos bancos no Banco Central, sem remuneração; com isso o sistema bancário, enquanto for mantido durante o processo de transformação ao socialismo terá suas funções progressivamente suprimidas. Os países que tiverem bancos comerciais estatais poderão utilizar esses bancos para acirrar a concorrência interbancária com a redução de todas as taxas de juros e serviços

bancários, suprimindo gradativamente a lucratividade dos bancos privados e a sua própria razão de existência. Aqueles que não tiverem, podem criá-los exatamente com o mesmo fim. Dessa forma, outra parcela importante do capital fictício, criado pelo sistema bancário tenderá igualmente a desaparecer.

Para continuar com a redução do espaço de existência do capital fictício, as bolsas de valores devem ser também gradativamente extintas. Ao contrário do que a maioria dos economistas e dos manuais de economia prega, as bolsas de valores têm um papel muito reduzido no financiamento do capital real, pois a maior parte do seu volume de negócios é a especulação sobre os títulos de propriedade, as ações previamente existentes. Toda a especulação sobre os mercados futuros e derivativos deve ser, também, suprimida. O alcance e tempo para essa supressão dependerão da importância dessas operações e do seu papel durante o processo de transição. Com isso, as instituições que realizam a intermediação entre os capitalistas, as bolsas, o sistema bancário perderão também a sua razão de ser. As seguradoras devem, também, ser gradativamente socializadas, até perderem a sua importância com as novas relações sociais de produção.

Essas reformas no sistema financeiro devem ser dirigidas visando a supressão do capital fictício, especulativo e parasitário em um primeiro momento. Em seguida, deve-se suprimir igualmente o capital monetário, e o financiamento da produção deve ser construído sobre novas bases. Como o Estado, na sua forma capitalista, deverá estar em processo de dissolução, mas ainda atuando fortemente nesse período, poderá funcionar como o intermediário captando o excedente e dirigindo-o para o financiamento, de acordo com as metas estabelecidas pela planificação da economia.

A reforma fiscal deverá ser elaborada com o objetivo de redistribuição da riqueza social, incidindo fortemente sobre a propriedade privada da burguesia e sobre as rendas das camadas mais ricas da população, assim como sobre os lucros das empresas privadas. A tributação sobre o comércio e a produção deve incidir apenas naqueles produtos cujo consumo a sociedade queira inibir. Isso permitirá a redução dos preços e a elevação do nível de vida da população trabalhadora. Como os encargos da dívida serão suprimidos, a necessidade de recursos para esse tipo de destino deverá desaparecer. Essa reforma deve ser associada, igualmente, a construção de um sistema central de planificação da economia.

### **As relações com o exterior:**

As relações econômicas com o exterior referem-se ao movimento de capitais, aos investimentos estrangeiros diretos no país, ao endividamento externo e ao comércio internacional. Da mesma forma que a reforma neoliberal permitiu o livre ingresso e saída dos capitais, deve-se impedir, agora, a saída

dos mesmos nas condições em que os capitalistas desejam. Para isso, as medidas que liberaram o movimento de capitais deverão ser suprimidas e substituídas por formas de controle segundo as possibilidades ou as necessidades de cada país. Para evitar ataques especulativos contra a moeda nacional, uma medida extrema seria a centralização de todas as operações cambiais no Banco Central e a implantação de um regime cambial com múltiplas taxas, segundo as necessidades de uso das reservas internacionais. Segundo as condições de cada país, seria possível implantar uma alternativa menos radical com a centralização de parte do mercado de câmbio e a manutenção de um mercado relativamente livre. Naturalmente é nesse mercado que explodiria a especulação cambial, cujos ganhos e perdas devem ser deixados unicamente aos próprios capitalistas.

Nessa nova fase de dominação do capital especulativo parasitário, o investimento estrangeiro direto assumiu uma nova forma. O ingresso de capitais, que anteriormente era convertido em acumulação do capital real, é utilizado para a aquisição, fusão e incorporação de capitais já existentes. Por isso, o ingresso de investimento estrangeiro direto também deve ser controlado e selecionado, segundo os novos interesses do país. O capital estrangeiro, já presente, deve ter a sua produção e seus interesses subordinados à construção da nova sociedade, com o seu estatuto de estrangeiro claramente definido. Para tanto, onde as leis nacionais suprimiram a distinção entre capital nacional e estrangeiro, essa distinção deve ser reafirmada, com a revogação dessas leis.

O capital estrangeiro na forma de empréstimos, a dívida externa pública, deve ser repudiada. Em primeiro lugar porque em praticamente todos os casos, o endividamento externo já foi amplamente pago através das remessas de juros e amortizações. Em segundo lugar, porque esses empréstimos jamais serviram para melhorar as condições de vida das grandes massas populares, eles serviram para atender as necessidades de produção de mais-valia e de consumo da minoria dominante. Em terceiro, porque uma parte importante da dívida atual é o resultado do que Duménil chama de “o golpe de 1979”, em que os Estados Unidos aumentaram unilateralmente e absurdamente a taxa de juros. Isso sem considerar que a maioria dos Estados capitalistas da periferia estatizaram as dívidas que eram privadas, das burguesias internas. Enfim, porque não há nenhuma razão para que os países periféricos continuem contribuindo para a remuneração e reprodução do capital fictício especulativo e parasitário nos sistemas financeiros dos países imperialistas do Norte.

Essas formas de ingresso do capital estrangeiro criaram compromissos e obrigações de pagamento de juros, lucros, dividendos e ganhos de capital. O montante desses pagamentos atinge níveis elevadíssimos, representando uma enorme sangria no resultado final da produção da riqueza

nacional. Esses compromissos obrigam os países a submeterem-se aos mercados financeiros internacionais e às condições desiguais de intercâmbio no comércio internacional, no intuito de obter saldos positivos na conta corrente do balanço de pagamentos, sem os quais esses compromissos não podem ser saldados. Por essa razão, o repúdio da dívida acaba imediatamente com as remessas de juros e amortizações. O controle ou a supressão dos ingressos de capitais especulativos acabam com as remessas de dividendos e ganhos de capital. Quanto à remessa dos lucros das empresas já instaladas, ela deve ser revista com a definição de novas regras. A liberação das remessas e a redução da tributação sobre os lucros das empresas estrangeiras, que foram efetuadas em muitos países com o neoliberalismo, devem ser revogadas. Essas mudanças no tratamento do capital estrangeiro irão provocar reações contrárias, provavelmente raivosas, da burguesia internacionalizada e de seus aliados internos. As respostas às essas reações deverão ser cuidadosamente preparadas na medida das condições que cada país apresente a cada momento. O resultado final deverá ser a nacionalização dos capitais estrangeiros provenientes dos países imperialistas.

O comércio internacional, atualmente, é comandado a partir dos interesses das nações desenvolvidas. A instituição internacional que coordena esse comando é a Organização Mundial do Comércio – OMC. Os países desenvolvidos mantêm barreiras alfandegárias e não alfandegárias, subsídios à produção agrícola e tentam impor aos países periféricos a plena liberalização do comércio. Por essa razão, estes últimos não devem aceitar as regras e normas impostas através da OMC.

A primeira questão que surge é sobre a importância e os benefícios que o comércio internacional proporciona às classes mais pobres dos países periféricos. A rigor, a resposta é que a importância é relativamente pequena e os benefícios muito reduzidos devido às condições em que esse comércio é efetuado atualmente. Os produtos transacionados, o intercâmbio desigual, a exportação de recursos naturais e a importação de bens industriais acabam penalizando as classes trabalhadoras, pois esse comércio é efetuado devido às necessidades de reprodução do capital em escala ampliada e não devido às necessidades humanas.

A maior parte dos países periféricos exporta produtos primários, ou seja, seus recursos naturais e importam bens industrializados, sejam produtos acabados sejam matérias primas. A maior parcela dos bens de consumo importados, com exceção dos bens de consumo de primeira necessidade, atende as demandas das camadas mais ricas da população. Os insumos importados também são destinados fundamentalmente à produção de bens de consumo para essas camadas. Por outro lado, do ponto de

vista das exportações, esses países acabam construindo estruturas produtivas deformadas para atender a demanda dos países ricos.

No contexto atual da globalização neoliberal, a dependência, a vulnerabilidade e o atraso dos países periféricos obrigam-nos a um gigantesco esforço de exportação para manter o fluxo de pagamentos internacionais de juros, lucros e dividendos. A supressão desse fluxo vai liberar os países desse enorme encargo, como vimos acima, deixando disponível uma enorme massa de recursos para serem utilizados em benefício das massas nacionais.

A formação de blocos econômicos e áreas de livre comércio, entre os países periféricos e entre os países do Sul e do Norte, dentro das condições atuais de um capitalismo periférico, vulnerável e dependente, não apresenta nenhum interesse no sentido de viabilizar uma transformação socialista dessas sociedades. O principal beneficiário dessa reorganização do mercado mundial é o grande capital industrial internacionalizado que vai proceder a uma nova redivisão dos mercados nacionais, ampliar seu mercado consumidor e conseguir melhores condições de exploração da força de trabalho.

Por essa razão é que os países da periferia, em fase de transformação revolucionária de suas sociedades, devem procurar outras formas de organizar as trocas de bens entre si. Essas trocas não devem ter como objetivo o lucro capitalista, mas atender as necessidades básicas das populações dos diferentes países com um sentido de solidariedade. Os países com melhores condições de produção desses bens devem oferecê-los aos países que não tenham essas condições, em troca de outros bens ou serviços que estes possam oferecer e, sempre que possível, os países mais avançados devem subsidiar os menos avançados. Essas parecem ser algumas linhas esboçadas pelas propostas avançadas pela Alternativa Bolivariana para as Américas - ALBA.

### **Considerações finais**

Consideramos que as propostas apresentadas não constituem necessariamente linhas obrigatórias para todos os países e, além disso, não consideramos que as articulações entre as reformas de curto prazo e as de longo prazo também sejam iguais em todos os países. Como já afirmamos, qualquer processo de transformação revolucionária do capitalismo dependerá das condições específicas do desenvolvimento histórico das diferentes sociedades. Cada uma delas deverá efetuar o balanço e encontrar ser próprio caminho na organização das reformas de curto prazo e as transformações no longo prazo. Os pontos que apresentamos como principais também não o serão segundo o grau de desenvolvimento de cada país, a sua inserção no sistema mundial e a sua própria história. Esses fatores podem, inclusive, exigir soluções diferentes.

O que deve ser considerado fundamental é que a revolução seja efetivamente popular e democrática, com ampla participação das massas em todos os níveis de decisão. Isso porque a construção consciente de uma nova sociedade irá exigir a organização de um sistema de planificação central, participativo e democrático, sem a formação de uma burocracia estatal. Por isso, há a necessidade de um amplo estudo e uma profunda avaliação dos sistemas de planificação que foram construídos nas experiências dos países que tentaram a construção do socialismo e regrediram para o capitalismo.

Enfim, o socialismo só será uma realidade no futuro quando a maioria das nações do mundo tiverem realizado as suas revoluções e as novas relações sociais tiverem sido amplamente disseminadas por todo o planeta. Mas, esse não será jamais o resultado espontâneo do desenvolvimento capitalista. A construção do socialismo exige um enfrentamento contra as poderosas forças do capital que, mesmo enfraquecidas, mantêm a hegemonia em todo o mundo.